Ensaios sobre Direito Constitucional, Processo Civil e Direito Civil. Uma homenagem ao Professor JOSÉ MANOEL DE ARRUDA ALVIM

Editora Direito Contemporâneo
Conselho Editorial

Betina Grupenmacher, Carlos Eduardo Hapner, Carlos Roberto Barbosa Moreira, Cassio Scarpinella Bueno, Clèmerson Merlin Clève, Eduardo Arruda Alvim, Eduardo Talamini, Egon Bockmanm Moreira, Elizabeth Carrazza, Flávio Luiz Yarshell, Georges Abboud, Humberto Dalla, Ingo Wolfgang Sarlet, José Manoel de Arruda Alvim Netto (*in memoriam*), José Roberto dos Santos Bedaque, José Rogério Cruz e Tucci, Luís Guilherme Bondioli, Luiz Guilherme Marinoni, Marçal Justen Filho, Marcelo Figueiredo, Mairan Maia Jr., Maurício Figueiredo Corrêa da Veiga, Nelson Luiz Pinto, Octavio Fischer, Otávio Luiz Rodrigues, Pablo Stolze Gagliano, Paulo César Pinheiro Carneiro, Paulo Henrique dos Santos Lucon, Roque Carrazza, Sérgio Cruz Arenhart, Sérgio Seiji Shimura, Sérgio Rizzi, Sílvio de Salvo Venosa, Thereza Diniz de Arruda Alvim.

Conselho Internacional

Christopher Kern, Eduardo Oteiza, Francisco Verbic, Luca Passanante, Marco Gradi, Paula Costa e Silva, Silvana Dalla Bontà.

Conselho de Relações Internacionais

Antonio do Passo Cabral, Antonio Gidi, Daniel Mitidiero, Marcio Mafra.

Conselho Científico

Alexandre Freire, Bruno Dantas, Dierle José Coelho Nunes, Eduardo Lamy, Elias Marques de Medeiros, Fabiano Carvalho, Fábio Monnerat, Geraldo Fonseca, Gilson Delgado Miranda, Heitor Sica, José Alexandre Oliani, José Maria Câmara Júnior, Henrique Ávila, Leonardo Ferres da Silva Ribeiro, Luis Eduardo Simardi, Luiz Henrique Volpe Camargo, Luiz Manoel Gomes Júnior, Márcio Bellocchi, Marcus Vinícius de Abreu Sampaio, Osmar Paixão Côrtes, Patrícia Pizzol, Paulo Magalhães Nasser, Pedro Miranda de Oliveira, Renato Opice Blum, Ricardo de Carvalho Aprigliano, Rita Nolasco, Rodrigo Fux, Rodrigo Gomes de Mendonça Pinheiro, Rodrigo Otávio Barioni (*in memoriam*), Rogéria Dotti, Rogerio Licastro Torres de Mello, Ronaldo Cramer, Thiago Rodovalho.

Conselho de Redação

Anselmo Prieto, Anwar Mohammed, Arthur Arsuffi, Beline Nogueira Barros, Berenice Soubie Nogueira Magri, Carolina Uzeda, Christian Vieira, Claudia Cimardi, Claudia Schwerz, Cristiane Druve, Daniela Peretti D'Avila, David Pereira Cardoso, Edouard Dardenne, Fabiana Ramos, Guilherme Takieshi, João Ricardo de Camargo, Luciano Telles, Pedro Arruda Alvim Wambier, Renato Montans, Ricardo Nacle, Roberta Tarpiniam, Smith Barreni, Stella Economides Maciel, Victor Miranda.

GILMAR MENDES
PAULO DIAS DE MOURA RIBEIRO
INGO WOLFGANG SARLET
OTAVIO LUIZ RODRIGUES JR.

Coordenadores Executivos
VICTOR OLIVEIRA FERNANDES
HANNAH PEREIRA ALFF

Ensaios sobre Direito Constitucional, Processo Civil e Direito Civil. Uma homenagem ao Professor JOSÉ MANOEL DE ARRUDA ALVIM

Prefácio
EDUARDO ARRUDA ALVIM
TERESA DE ARRUDA ALVIM
THEREZA DINIZ DE ARRUDA ALVIM

EDC
EDITORA DIREITO CONTEMPORÂNEO

2023

Editora Direito Contemporâneo

Sócios fundadores	Rafael Arruda Alvim Pinto, Felipe Toledo Moreira, Teresa Arruda Alvim
Diretor Comercial	Rafael Arruda Alvim Pinto
Diretor de conteúdo	Felipe Toledo Moreira
Editora	Cristiane Faria
Capa e Produção gráfica	Microart Design Editorial
Impressão e encadernação	Edições Loyola

© desta edição [2023]

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais). O autor goza da mais ampla liberdade de opinião e de crítica, cabendo-lhe a responsabilidade das ideias e dos conceitos emitidos em seu trabalho.

Data de fechamento da edição: 01.03.2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Ensaios sobre Direito constitucional, Processo civil e Direito civil. Uma homenagem ao Professor José Manoel de Arruda Alvim / organização Gilmar Mendes...[et al.]. ; coordenadores executivos Victor Oliveira Fernandes, Hannah Pereira Alff. -- 1. ed. -- Curitiba, PR : Editora Direito Contemporâneo, 2023.

Vários autores.

Outros coordenadores: Paulo Moura Ribeiro, Ingo Wolfgang Sarlet, Otavio Luiz Rodrigues Jr.

Bibliografia.

ISBN 978-65-85269-00-1

1. Alvim, José Manuel de Arruda, 1936-2021 2. Artigos - Coletâneas 3. Direito processual civil 4. Homenagem 5. Jurisprudência I. Mendes, Gilmar. II. Ribeiro, Paulo Moura. III. Sarlet, Ingo Wolfgang. IV. Rodrigues Jr., Otavio Luiz. V. Fernandes, Victor Oliveira. VI. Alff, Hannah Pereira.

23-143509 CDU-34(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito : Estudos em homenagem 34(81)

Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129
Cibele Maria Dias – Bibliotecária – CRB-8/9427

EDC
EDITORA DIREITO CONTEMPORÂNEO

Av. Rep. Argentina, 1228, sala 812 – Água Verde
Curitiba – PR – CEP 80240-200

PREFÁCIO

Com alegria e emoção aceitamos o convite para prefaciarmos esta magnífica obra em homenagem a José Manoel de Arruda Alvim Netto.

O Professor Arruda Alvim, como todos do meio jurídico o conheciam, formou, ao longo de mais de cinquenta anos, centenas de professores e juristas dedicados principalmente ao estudo do Direito Processual Civil e do Direito Civil. Entre esses discípulos, nós, os filhos, Teresa e Eduardo (Didi e Dudu), subscritores deste prefácio. Thereza Alvim foi casada com o homenageado por mais de cinquenta anos e, ao seu lado, além de destacar-se na advocacia, construiu portentosa careira acadêmica.

Dissemos acima "principalmente" porque ao longo de sua profícua vida acadêmica, produziu também obras em outras áreas do Direito. Com seu magnífico Arguição de Relevância no Recurso Extraordinário, de 1.987, transitou amplamente pelo Direito Constitucional e pela Filosofia do Direito, além do Direito Processual Civil, revisitando com profundidade temas espinhosos, como o conceito de discricionariedade judicial, com densa incursão no direito comparado.

Arruda Alvim construiu sua vida profissional, afetiva e social em torno do estudo do direito e principalmente do processo civil. O estudo do direito era seu trabalho, seu lazer, seu deleite, sua diversão, seu ganha-pão. Por isso, também seus amigos o são porque vivem nesta dimensão da vida.

Os coordenadores desta homenagem, a quem Arruda Alvim admirava e por quem nutria enorme estima, são juristas de primeira grandeza. Juristas – e a repetição do termo é deliberada, pois não há modo mais próprio de referi-los – que, cada qual dentro do seu ramo, tornaram-se norteadores dos estudiosos e operadores do Direito, de modo que não há outra maneira de nos referirmos a eles, senão usando do isento critério da ordem alfabética.

Gilmar Mendes é referência em diversas áreas, e muito particularmente em Direito Constitucional. Autor de obras profundas e consagradas, é Doutor pela Universidade de Mûnster e Ministro do Supremo Tribunal Federal há mais de vinte anos, tendo ocupado, antes disso e dentre outros, o elevado cargo de Advogado Geral da União.

Ingo Sarlet é Doutor e Pós-Doutor pela Universidade de Munique, tendo sido Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Dono de vastíssima produção bibliográfica, suas obras ecoam por todas as Universidades brasileiras, principalmente na área de Direito Constitucional, com especial enfoque no campo dos direitos fundamentais.

Paulo Dias de Mouras Ribeiro é Pós-Doutor pela Universidade de Lisboa e Doutor pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É Ministro do Superior Tribunal de Justiça desde 2.013, sendo que, antes disso, foi Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo. Sua contribuição na área do Direito Privado é notável.

Otávio Luiz Rodrigues Jr. é Professor associado do Departamento de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, instituição perante a qual obteve os títulos de Livre-docente e Doutor, sendo atualmente Conselheiro do Ministério Público (CNMP). Seus trabalhos na área do Direito Privado são referência em todo o País.

A eles, os nossos agradecimentos de coração pelo gesto gentil da organização desta obra coletiva!

A obra ainda contou com a coordenação executiva de Hannah Pereira Alff, Doutoranda e Mestre pela PUCRS e Victor de Oliveira Fernandes, Doutor pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e Mestre pela UNB.

Hannah, além de privilegiada sob o ângulo intelectual, é solícita, gentil e empreendedora. Obrigada, Hannah!

A coletânea ora apresentada a público reúne estudos na seara constitucional, civil e processual civil, feitos por autores que estão dentre os mais conceituados juristas do Brasil e do mundo, sendo de grande utilidade para a Academia e para o dia a dia dos profissionais que operam com o Direito.

A parte I reúne artigos voltados ao diálogo direto com trabalhos do homenageado, que, sempre atento, investigava temas hoje em voga no meio jurídico, tais como a relevância da questão federal, a natureza da arbitragem, os princípios constitucionais do processo, dentre outros temas.

A parte II se volta a determinados aspectos do direito comparado e do direito estrangeiro, trazendo ao leitor artigos escritos por nomes como Neil Andrews, Christoph A. Kern, Eduardo Oteiza e Marco Gradi.

À evolução legislativa do direito processual civil e seus fundamentos, bem como aos estudos voltados ao direito privado e seu diálogo com o processo, são reservadas as partes III e IV.

A parte V, é composta de artigos voltados à análise de princípios constitucionais, notadamente o princípio da segurança jurídica como direito fundamental processual e seus limites face a exegese da Constituição.

A parte VI trata do atualíssimo tema concernente à função das cortes superiores.

Por fim, as duas últimas partes (VII e VIII) reúnem treze artigos que versam sobre recursos constitucionais, a relevância da questão federal, os precedentes no sistema jurídico processual brasileiro e sua importância, além de outros temas na seara do direito processual civil.

Para nós, portanto, é uma alegria e uma emoção enorme prefaciarmos a presente coletânea, seja pela enorme admiração que o homenageado – Professor Arruda Alvim – nutria pelos coordenadores, e pelos colaboradores, seja pela qualidade dos trabalhos que a compõem, o que só dignifica e engrandece o tributo que ora lhe é prestado.

Certamente ganhará o mundo jurídico com esta magnífica obra coletiva que contribuirá para que o nome do Profes-

sor Arruda Alvim – José Manoel de Arruda Alvim Netto – permaneça sempre vivo entre nós.

São Paulo e Curitiba, Novembro de 2022.

Eduardo Arruda Alvim

Doutor e Mestre em Direito Processual Civil pela PUC/SP. Professor dos cursos de Doutorado, Mestrado, Especialização e Bacharelado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e da Faculdade Autônoma de Direito – FADISP. Acadêmico titular da Cadeira n° 20 da Academia Paulista de Direito. Advogado.

Teresa de Arruda Alvim

Livre-docente. Doutora e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Professora nos cursos de Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado da PUC/SP. Professora Visitante na Universidade de Cambridge – Inglaterra e Lisboa – Portugal. Advogada.

Thereza Diniz de Arruda Alvim

Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora nos cursos de Graduação e de Pós-graduação stricto sensu (Mestrado e Doutorado) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Fundadora dos programas de Mestrado e Doutorado da PUC/SP. Idealizadora do Programa de Mestrado em Direito da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Procuradora Aposentada do Estado de São Paulo. Advogada.

APRESENTAÇÃO DA OBRA

José Manoel de Arruda Alvim conseguiu, em sua longa existência, conciliar qualidades muitas vezes inconciliáveis. Um visionário no uso das ferramentas da Tecnologia da Informação como instrumento ancilar das atividades jurídicas, sejam elas da advocacia, da magistratura ou da docência, Arruda Alvim era também um colecionador de canetas-tinteiro. Antes de todos de sua geração, ou de pessoas muito mais jovens, ele trabalhava com editores de texto na época das máquinas de escrever ou, mais recentemente, com a escrita por áudio. Nada disso, contudo, impedia-o de cultivar o clássico e o atemporal.

Na pandemia de Covid-19, que a todos surpreendeu em 2020, ele rapidamente se adaptou aos *webinars*, tendo participado da primeira série produzida pela revista Consultor Jurídico, intitulada "Saída de Emergência", sob coordenação de um dos organizadores deste livro. Com grande interesse e disposição, mesmo já abatido pela doença que o levaria, Arruda Alvim integrou-se ao grupo de trabalho instituído pelo Senado Federal, sob a liderança do senador Antonio Anastasia, da senadora Simone Tebet e do ministro Dias Toffoli, para a elaboração do anteprojeto do que veio a se tornar a Lei do Regime Jurídico Emergencial e Transitório de Direito Privado – RJET (Lei no 14.010, de 10 de junho de 2020), com a participação de alguns dos autores deste *liber amicorum*.

Não houve projeto de lei importante sobre Direito Processual Civil no país nos últimos 30 anos do qual Arruda Alvim não tenha sido fonte de inspiração, de orientação ou de elaboração.

Para além de uma extensa obra doutrinária no Direito Processual Civil, Arruda Alvim também se mostrou um civilista de renome internacional, com amizades na Alemanha, Itália, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Estados Unidos, França e Argentina, dentre outros países, muitos dos quais contribuem para esta obra. No Direito Constitucional, Arruda Alvim também deixou importantes lições doutrinárias ou textos de caráter praxista sob a forma de petições, recursos ou pareceres.

Aqui se exterioriza outra das "contradições coerentes" de Arruda Alvim: o especialista em áreas do saber jurídico tão distintas, como o Direito Privado e o Direito Público. Não que ele fosse adepto da mixagem dos dois grandes setores do Direito. Tratava-se apenas de reunir em sua pessoa um universo de saberes invulgar e extraordinário, que lhe permitia transitar por entre as províncias do Direito Privado e do Direito Público com a tranquilidade dos juristas clássicos.

Para isso, não lhe faltaram engenho e arte. Sim, ele era brilhante em suas concepções sobre a posse, a natureza jurídica da ação, os ofícios dos tribunais superiores na difícil missão de uniformizar o direito federal ou garantir a supremacia constitucional, a natureza dos juros ou

os limites do compromisso de compra e venda. Mas, independentemente do "conhecimento artístico" do Direito, Arruda Alvim possuía a consciência de que nada seria possível sem disciplina, estudo sério e a abdicação das horas de lazer. Estudar era um ofício de natureza religiosa para o homenageado neste *liber amicorum*.

E por mencionar um livro de amigos, é também uma das expressões de Arruda Alvim a "contradição coerente" do professor austero e clássico com a afetiva relação com um número expressivo de orientandos. Ele talvez seja o orientador de pós-graduação em Direito no Brasil com o maior número de orientandos de mestrado e doutorado que posteriormente ingressaram em tribunais locais ou tribunais superiores, ou, ainda, que se tornaram docentes em grandes instituições públicas nacionais. Muitos dos autores deste "livro de amigos" graduaram-se ou se pós-graduaram pelas mãos de Arruda Alvim, que transformou sua casa em sala-de-aula, hospedaria ou ponto de reunião de tantos discentes. Na verdade, de tantos discípulos.

E por se aludir a discípulos, pense-se que ele conseguiu uma ventura (ou aventura) de ter dois filhos como seus discentes-discípulos, os renomados e queridos professores Eduardo Arruda Alvim e Teresa de Arruda Alvim, *Dudu* e *Didi*. Nomes que, por brilho e direito próprios, conseguiram êxito profissional e reconhecimento internacionais. E, como se isso não fosse suficiente, a professora Thereza Diniz de Arruda Alvim, sua esposa e companheira de vida, foi sua colega de docência e uma das fundadoras da moderna pós-graduação em Direito no Brasil. Nada surpreendente em se considerando o brilho intelectual dessa grande dama do Processo Civil.

Arruda Alvim, o contraditório das coerências, foi ainda um cientista que acreditava em Deus. Um apaixonado pelas Artes Plásticas, pela Música Clássica e pela Ópera, mas que sabia se mimetizar com alunos e alunas com a idade de seus netos, conversando agradavelmente sobre o que interessava a esses espíritos irrequietos, como irrequietos são todos os jovens.

Não se pode dizer que Arruda Alvim, salvo por problemas transitórios de saúde ou pelas invencíveis decepções morais que a vida sempre reserva aos seus, tenha tido "anos do gafanhoto" (Joel, II:25-27). Sua vida parece mais seguir os versículos de Jó (XII:12): "A sabedoria pertence aos cabelos brancos, e à longa vida confere a inteligência".

Esse exemplo e esse modelo que foi Arruda Alvim para todos quantos escreveram neste livro é o grande contributo que receberá o leitor ou a leitora ao se dedicar às páginas que se seguem. Amigas e amigos de Arruda Alvim, com sincera deferência e com sentida saudade, deram seu melhor, em textos sobre Direito Processual, Direito Privado e Direito Constitucional, para aquele que os fez pessoas melhores.

Agradecer a Arruda Alvim é o objetivo deste *liber amicorum*. Gratidão por sua existência, por sua amizade, por seus livros, por seus ensinamentos, por seus estímulos, enfim, agradecer por ele haver tocado a vida de cada um(uma) dos(as) autores(as) desta obra coletiva.

Muitos obrigados, Arruda Alvim.

Brasília-DF, Porto Alegre e São Paulo, 4 de janeiro de 2023.

Gilmar Mendes
Paulo Moura Ribeiro
Ingo Wolfgang Sarlet
Otavio Luiz Rodrigues Jr.

Organizadores

JOSÉ MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO

GRAUS E TÍTULOS UNIVERSITÁRIOS – PÓS-GRADUAÇÃO:

Doutor em Direito Civil pela Escola Paulista de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, por concurso público e processo de avaliação de titulação – 1970 (média 10/10 – graduou-se com louvor).

Professor Associado de Direito Civil Judicial da Escola Paulista de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, por concurso público e processo de avaliação de grau acadêmico, 1970, ministrado por banca de 5 Professores de Direito: José Frederico Marques, Washington de Barros Monteiro, Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, Nicolau Nazo e Waldemar Mariz de Oliveira Júnior (nota média de 9,25/10).

Professor Titular do Departamento de Direito Civil da Escola Paulista de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, por indicação, conforme determina a Lei Federal.

ATIVIDADES ACADÊMICAS, PROFISSIONAIS E CULTURAIS:

Professor Associado e Titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Coordenador de Direito Civil, e do Programa de Mestrado e Doutorado.

Áreas de Especialização – Direito Processual Civil – Direito Civil – Direito Público (Administrativo e Fiscal).

Participação em associações profissionais e comissões:

Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Membro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SP), Inscrição nº 12.363-SP

Consultor internacional em empreendimentos conjuntos para o "The American Law Institute" e o "UNIDROIT Principles and Rules of Transnational Civil Process"

Membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas

Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual Civil

Fundador e Diretor da Revista de Processo

Compêndio organizado intitulado "Estudos de Direito de Processo Enrico Tullio Liebman" (RT)

Sócio – Fundador e Presidente do Centro de Aprimoramento do Estudo do Direito – CAEDI

Diretor da *Revista Forense* – Editora Forense.

Diretor da Revista Direito e Medicina – Thomson Reuters-Brasil.

PUBLICAÇÕES TÉCNICAS:

A) ARTIGOS E TRABALHOS PUBLICADOS NO EXTERIOR

- "Teoria da Ação" e "A Ação no Direito Processual Civil Brasileiro", publicados na Enciclopédia Jurídica Omeba, Buenos

Aires, Argentina, editado por Ancalo S/A.

- "A Perpetuatio Iurisdicionis", publicado em homenagem a Eduardo Couture, Uruguai, em compêndio editado pelo Instituto Uruguaio de Direito Processual (Instituto Uruguayo de Derecho Processal).

- "Competência Internacional" in: Studi in Onore di Enrico Liebman, Giuffrè Editora, 1979, p. 697/754, v. 2, off-print.

- Relatórios dos Congressos Internacionais de Direito Processual Civil, publicados na Bélgica (1977) e Alemanha (Wurzburg, 1983). Atuou como Relator Brasileiro em ambos os Congressos Internacionais (veja abaixo).

- Bélgica, em edição off-print, um resumo de "Préparation, Seléction et Nomination des Juges", título em francês e texto em espanhol, e um relatório primário em inglês "Towards a Justice With a Human Face". Congress on the Law of Civil Process (Ghent, 1977 – Bélgica), edição citada, p. 416 e

- Alemanha, "Influência da Constituição no Direito Processual Civil", relatório apresentado pelo autor ao Congresso Internacional de Direito Processual Civil (VII Congresso), intitulado em alemão, "Effektiver Rechtsschutz und Verfassungsmässige Ordnung," – Die Generalberichte zum VII. Internationalen Kongreß fur Prozeßrecht, Wurzburg, 1983, editado por Ed. Gieseking, Bielefeld, Germany.

- Trabalho intitulado "O Terceiro Adquirente de Bem Imóvel do Réu, Pendente Ação Reivindicatória não inscrita no Registro de Imóveis, e a Eficácia da Sentença em Relação a esse Terceiro, no Direito Brasileiro" – publicado na Espanha em Estudios en homenaje al Profesor Jaime Guasp Delgado.

- Trabalho intitulado "Resistência Injustificada ao Andamento do Processo", publicado na Espanha.

- Trabalho intitulado "Deveres das Partes e dos Procuradores, no Direito Processual Civil Brasileiro (a lealdade no Processo)", 1994, publicado na Itália na Scritti in Onore di Elio Fazzalari (Registro escrito em homenagem a Elio Fazzalari). Vol. II. Milão, Ed. Giuffrè.

- Estudo "Reforma do Direito Civil e a Ordem Econômica", 1995, publicado no Japão a convite do Professor Kazuo Watanabe.

- Artigo intitulado "Direito das Coisas – direito brasileiro – Código Civil (Lei 10.406, de 11 de janeiro de 2002)", 2003, produto da palestra proferida na Università Degli Studi di Roma "Tor Vergata", em Roma, Itália, de 23 a 25 de janeiro de 2003, durante o Colloquio internazionale su: «Il nuovo Codice Civile del Brasile e il Sistema giuridico Latinoamericano».

- Artigo intitulado "A posição dos sócios e associados em relação a ações movidas contra as sociedades e associações de que fazem parte", 2004, publicado na Itália e escrito em homenagem ao professor Giuseppe Tarzia.

- "Direito das Coisas – Direito brasileiro. Código Civil (lei 10.406, de 11 de janeiro de 2002)", publicado em Roma e America. Diritto Romano Comune (Roma e América. Roman Comum Law) Vol. 16 (coleção respectiva), 2003. Editora Mucchi, Modena, Itália.

- "A posição dos sócios e associados em relação a ações movidas contra as sociedades e associações de que fazem parte" em: Achille Saletti. (organizador). Homenagem ao Prof. Giuseppe Tarzia. Milão, 2004.

- "O recurso extraordinário brasileiro e o instituto da repercussão geral (EC 45/2004)". In: Berizonce, Roberto Omar; Rebatedores, Juan Carlos; Oteiza, Eduardo David (Coordenadores). (Org.). El papel de los tribunales superiores. Editora Rubinzal – Culzoni, Argentina, 2006.

B) ARTIGOS DE REVISTA

1. A publicidade no sistema da alienação fiduciária de bem móvel (decreto lei 911/69) e no da propriedade fiduciária disciplinada pelo Código Civil. e o Regime de Bens Fiduciários Regulado pelo Código Civil, Revista Crítica de Direito Notarial e Registral., v. 1, p. 9-51, 2008.

2. Lei 11.280, de 16.02.2006. *RePro,* 2007.

3. Cabimento dos embargos de divergência contra acórdão (de mérito) de Turma, proferido em agravo regimental, tirado de decisão de relator de recurso extraordinário: imprescindibilidade de uma releitura da Súmula 599-STF. contra Acórdãos de Tribunais de Segunda Instância (Fundamentados no Mérito) Proferidos por Agravo de Instrumento, Extraído do Acórdão do Relator do Recurso Extraordinário: Necessidade de Releitura da Súmula 599-STF, *RePro,* v. 144, 2007.

4. "A posição dos sócios e associados em relação a ações movidas contra as sociedades e associações de que fazem parte". Revista Autônoma de Processo, v. 2, 2007.

5. "Notas sobre o ius possessionis e o ius possidendi e sua proteção no processo (ausência de sucessão na posse e a ação de imissão na posse)". Revista Autônoma de Direito Privado, v. 2, 2007.

6. "Conceito de coisa". Revista Autônoma de Direito Privado, v. 3, 2007.

7. Cabimento dos embargos de divergência contra acórdão (de mérito) de turma, proferido em agravo regimental, tirado de decisão de relator de recurso extraordinário – imprescindibilidade de uma releitura da Súmula 599/STF. *RePro,* v. 144, 2007.

8. Cabimento de embargos de divergência contra acórdão (de mérito) de turma, proferido em agravo regimental, tirado de decisão de relator de recurso extraordinário – imprescindibilidade de uma releitura da Súmula 599/STF. Revista Autônoma de Processo, v. 3, 2007.

9. "Parecer sobre a possibilidade do conhecimento integral do recurso especial e do seu provimento". Revista Autônoma de Direito Privado, v. 2, 2007.

10. Direito processual civil. Recurso especial. Ausência de pré-questionamento. Ocorrência de coisa julgada incidente sobre os prejuízos já devidamente apurados, impedindo a conclusão de uma liquidação. Revista Autônoma de Processo, v. 3, 2007.

11. "Direito civil. Usucapião de bem imaterial". Prescrição de Bens. Revista Autônoma de Direito Privado, v. 3, 2007.

12. Anotações sobre as perplexidades e os caminhos do processo civil contemporâneo Sua evolução ao lado da direita material. Âmbito Jurídico, v. 44, pág. 1, 2007

13. "O Código Civil e a alienação fiduciária de Veículos". Financeiro, 2006.

14. "Ação de reembolso cumulada com pretensão indenizatória". *Revista Forense*, v. 385, 2006.

15. "Função social da propriedade". Revista Autônoma de Direito Privado, v. 1, 2006.

16. "Parecer sobre o art. 85 do Código Civil de 1916". Revista Autônoma de Direito Privado, v. 1, 2006.

17. "A Emenda Constitucional 45 e a repercussão geral". Revista Autônoma de Processo, v. 1º, 2006.

18. "Coisa Julgada e ação declaratória". *Revista Forense*, São Paulo, v. 381, 2005.

19. "A emenda constitucional 45 e a repercussão geral". Revista de Direito Renovar, v. 31 de 2005.

20. "Defesa da Posse e Ações Possessórias". *RePro,* v. 29, não. 114, 2004.

21. "A sintonia da redação do artigo 112.º do Código Civil com os princípios contemporâneos do negócio jurídico bilateral e do contrato". Revista do advogado, v. 24, não. 77, 2004.

22. "A função social dos contratos no novo Código Civil". Revista dos Tribunais, v. 815, 2003.

23. "Arrematação, nulidade, possibilidade, lanço vencedor sugerido pelo juiz: alteração por agravo, apesar da arrematação ter ocorrido". *RePro,* v. 109, 2003.

24. "Proporcionalidade: mandado de segurança; juridicidade de impetrações contra acórdão do STJ, pendente de julgamento perante o STF"; Revista de Direito Constitucional e Internacional, v. 10, n. 38, 2002.

25. "Comentários ao art. 81 do Código de Defesa do Consumidor". Revista Nacional de Direito Jurisprudência, v. 3, n. 30 de 2002.

26. "Ação civil pública – Tutela antecipada – Desproporcionalidade entre drasticidade da liminar concedida e possível sentença de procedência". *RePro,* São Paulo, v. 105, nº. 207, 2002.

27. "Notas atuais sobre a figura da substituição processual". *RePro,* v. 106, nº. 27 de 2002.

28. "Notas sobre a disciplina da antecipação da tutela na Lei 10.444, de 7 de maio de 2002. *RePro,* v. 108, nº. 105, 2002.

29. Juiz Federal: lista tríplice, alegada inobservância do art. 93, II, da Constituição Federal. Revista de Direito Constitucional Internacional, v. 9, não. 36, 2001.

30. Cláusula compromissória e compromisso arbitral – Efeitos. *RePro,* v. 101, nº. 191, 2001.

31. Notas sobre a Coisa Julgada Coletiva. Revista Cidadania e Justiça, 2000.

32. Anotações sobre alguns aspectos das modificações sofridas pelo processo hodierno entre nós – Evolução da cautelaridade e suas dimensões reais em face do instituto da antecipação de tutela – As obrigações de fazer e não fazer – Valores dominantes na evolução dos nossos dias. *RePro,* v. 97, 2000.

33. Obrigações de fazer e não fazer. *RePro,* v. 99, não. 7, 2000.

34. A alta função jurisdicional do Superior Tribunal de Justiça no âmbito do recurso especial e a resistência das questões. *RePro,* v. 96, nº. 37, 1999.

35. Anotações sobre alguns aspectos das modificações sofridas pelo processo hodierno entre nós – Evolução da cautelaridade e suas dimensões reais em face do instituto da antecipação de tutela – As obrigações de fazer e de não fazer – valores dominantes na evolução dos nossos dias. *RePro,* v. 97, nº. 51, 1999.

36. Ação Civil Pública. *RePro,* n. 87/149, 1998.

37. Anotações sobre a chamada coisa julgada tributária. *RePro,* n. 92/7, 1998.

38. Notas sobre a coisa julgada coletiva. *RePro,* n. 88/31, 1997.

39. Notícia sobre o resultado dos trabalhos da comissão constituída pelo Ministério da Justiça para a revisão do Código de Processo Italiano. *RePro,* n. 88/148, 1997.

40. Declaração enfatizou a inconstitucionalidade pelo STF e os limites impostos à ação civil pública e ao Código de Proteção e Defesa do Consumidor. Revista dos Tribunais – *RePro,* n. 81, 1996.

41. Contestação – Ação civil pública – Pretensão e obtenção de declaração de inconstitucionalidade em tese – Inadmissibilidade. Revista dos Tribunais – *RePro,* n0. 82, 1996.

42. Reformas do direito civil e a ordem econômica. Convite formulado pelo Prof. Kazuo Watanabe, Japão, v. 1, não. 1, 1995.

43. Transação como ato final do procedimento administrativo – Homologação judicial – Grau de vinculação. Revista dos Tribunais – *RePro,* n. 78, 1995.

44. O direito de defesa e a evolução do processo 20 anos após a vigência do Código. Revista dos Tribunais – *RePro,* n. 79, 1995.

45. Mandado de segurança contra decisão que nega ou concede liminar em outro mandado de segurança. Revista dos Tribunais – *RePro,* n. 80, 1995.

46. Deveres das partes e dos procuradores, no Direito Processual Civil Brasileiro (A Lealdade no Processo). Scritti In Onore Di Elio Fazzalari, Itália – Milão, v. 2, 1994.

47. Erro material – Inexistência de trânsito em julgado error material – Inexistência de trânsito em julgado. Revista dos Tribunais, 1994.

48. Homenagem póstuma ao dr. Luís Kubinszky – A perda de um grande amigo. Revista dos Tribunais – *RePro,* n. 74, 1994.

49. Ação cautelar – Não propositura da ação principal em 30 dias – Cessação dos efeitos produzidos. Revista dos Tribunais – *RePro,* n. 75, 1994.

50. Liquidação de sentença – Interpretação da sentença exequenda. Revista dos Tribunais – *RePro,* n. 76, 1994.

51. Qualificação jurídica do fato feita equivocadamente dá azo à rescisória – art. 485, V. Revista dos Tribunais – *RePro,* n. 76, 1994.

52. A perpetuatio iurisdictionis no Código de Processo Civil Brasileiro. *RePro,* v. 4, 1976.

C) LIVROS PUBLICADOS/ORGANIZADOS OU EDIÇÕES

1. Manual de Direito Processual Civil. 20 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais/Thomson Reuters Brasil, 2021.

2. Novo Contencioso Cível. Editora Revista dos Tribunais, 2016. v. 2.

3. (Organizador) Licitações e contratos administrativos: uma visão atual à luz dos Tribunais de Contas. Juruá, 2006. v. 1.

4. (Organizador) Comentários ao Código Civil Brasileiro: do direito das obrigações. Forense, 2006. v. 4.

5. (Organizador) Comentários ao Código Civil Brasileiro: da sociedade, do estabelecimento e dos institutos complementares. Forense, 2006. v. 10.

6. (Organizador) Comentários ao Código Civil Brasileiro: do direito de família. Forense, 2006. v. 15.

7. (Organizador) Revista Autônoma de Processo. Juruá, 2006. v. 1.

8. Manual de Direito Processual Civil. 9. ed. Revista dos Tribunais, 2005. v. 2.

9. (Organizador) Comentários ao Código Civil Brasileiro: do direito de família. Rio de Janeiro: Forense, 2005. v. 14.

10. (Organizador) Comentários ao Código Civil Brasileiro. Editora Forense, 2003. v. 1.

11. Inovações sobre o Direito Processual Civil: Tutelas de Urgência (impressão). Forense, 2003.

12. (Organizador) Inovações sobre o Direito Processual Civil: Tutelas de Urgência. Forense, 2003.

13. (Organizador) Comentários ao Código de Processo Civil. Forense/FADISP, 2003. v. 4.

14. (Organizador) Aspectos controvertidos do novo Código Civil: Escrito em homenagem ao Ministro José Carlos Moreira Alves. Revista dos Tribunais, 2003.

15. Mandado de Segurança, Direito Público e Tutela Coletiva. Editora Revista dos Tribunais, 2002.

16. Manual de Direito Processual Civil. 7. ed. Revista dos Tribunais, 2000. v. 2.

17. Manual de Direito Processual Civil. 6. ed. Revista dos Tribunais, 1997. v. 1.

18. Manual de Direito Processual Civil. 6. ed. Revista dos Tribunais, 1997. v. 2.

19. Tratado de Direito Processual Civil. 2. ed. Revista dos tribunais, 1996. vol.2.

20. Tutela antecipatória (algumas noções-contrastes e coincidências em relação às medidas cautelares satisfatórias), withTeixeira, S.F. Saraiva, 1996.

21. Tutela antecipatória (algumas noções – contrastes e coincidências em relação às medidas cautelares satisfatórias). Saraiva, 1996.

22. Código do Consumidor Comentado. 2ª ed. Revista dos tribunais, 1995. v. 1.

23. "Direito público em geral (dentre os quais se destacam-se dois pareceres a respeito de ação civil pública e de ação popular)". Revista dos tribunais, 1995. vol.1.

24. "Direito processual civil". 2ª ed. Revista dos tribunais, 1995. v. 3.

25. "Direito civil". 1ª ed. Revista dos tribunais, 1995. v. 3.

26. Direito comercial. 1ª ed. Revista dos tribunais, 1995. v. 4.

27. Reforma do direito civil e a ordem econômica. Japão, 1995.

28. Nulidades Processuais – Repertório de Doutrina e Jurisprudência. Revista dos Tribunais, 1992.

29. Processo Cautelar: Repertório de Jurisprudência e Doutrina. Arruda Alvim / Nelson Luiz Pinto. 1991.

30. Mandado de Segurança Contra Ato Judicial. Arruda Alvim e Teresa Arruda Alvim Pinto. Revista dos Tribunais: 1989.

31. Denúncia da Lide. Revista dos Tribunais, 1988.

32. Argumento de Relevância no Recurso Extraordinário. Revista dos Tribunais, 1988.

33. Código de Processo Civil e Legislação Extravagante – Anotações de Jurisprudência e Doutrina. 2ª ed. Revista dos Tribunais, 1986.

34. Competência. Revista dos Tribunais, 1986.

35. Assistência e Litisconsórcio – Repertório de jurisprudência e doutrina. Revista dos Tribunais, 1986.

36. Ação Rescisória. Revista dos Tribunais, 1986.

37. Prova – Repertório de jurisprudência e doutrina. Revista dos Tribunais, 1985.

38. Ação Declaratória – Ementário de jurisprudência e doutrina. Revista dos Tribunais, 1984.

39. Direito Administrativo Aplicado e Comparado. Com Hely Lopes Meirelles, J. Cretella Junior, entre outros. Resumos da Universidade: 1979.

40. Código de Processo Civil Comentado. v. 5. Revista dos Tribunais, 1975.

41. Ensaio sobre a Litispendência no Direito Processual Civil. 2 volumes. Revista dos Tribunais, 1970. Dissertação de Doutorado.

42. Direito Processual Civil – Teoria Geral do Processo de Conhecimento. Revista dos Tribunais, 1972. Publicação comercial do jornal no nº 37.

43. Curso de Direito Processual Civil. Revista dos Tribunais, 1972.

D) CAPÍTULOS DE LIVROS PUBLICADOS

1. Comentários aos arts. 102 e 103 da Constituição Federal. Norma constitucional, sua aplicação direta, afastando em certos casos o direito ordinário. Martins, Ives Gandra da Silva; REZEK, Francisco (coordenadores). Constituição Federal: Avanços, contribuições e modificações no processo democrático brasileiro – edição comemorativa 20 anos. São Paulo: RT, 2008.

2. Conflito federativo e dúvida sobre competência (constitucional) legislativa existente num litígio: breves apontamentos para a interpretação do art. 102, I, f, da CF. In: Lauro Luiz Gomes Ribeiro e Luciana Andrea Accorsi (organizadores). Estudos de Direito Constitucional – Em homenagem à professora Maria Garcia. 1ª ed. Thompson – IOB, 2007, v. 1.

3. Os princípios dos direitos reais. In: José Manoel de Arruda Alvim Netto (organizador). A nova sistemática do Direito Privado. Juruá, 2006.

4. Cumprimento da Sentença Condenatória por Quantia Certa – Lei 11.232/2005 – Anotações de uma primeira impressão. In: José Manoel de Arruda Alvim Netto (organizadores). Atualidades do Processo Civil. Juruá, 2006.

5. O recurso extraordinário brasileiro e o instituto da repercussão geral (EC 45/2004). In: Berizonce, Roberto Omar; Rebatedores, Juan Carlos; Oteiza, Eduardo David (Coordenadores). (Organizadores). El papel de los tribunales superiores. Editora Rubinzal – Culzoni, Argentina, 2006.

6. Da adstrição do contrato administrativo ao edital de licitação. In: Arruda Alvim, Eduardo Arruda Alvim (organizadores). Licitações e contratos administrativos: uma visão atual à luz dos Tribunais de Contas. Juruá, 2006, v. 1.

7. A natureza jurídica da impugnação prevista na Lei 11.232/05. In: Teresa Arruda Alvim Wambier, Araken de Assis (organizadores). Aspectos polêmicos da nova execução. Revista dos Tribunais, 2006, v. 3.

8. Função Social do Contrato. In: Everaldo Augusto Cambler, Angélica Arruda Alvim (organizadores). Atualidades do Direito Civil. Juruá, 2006.

9. Da prescrição intercorrente. In: Mirna Cianci (organizadora). Prescrição no Novo Código Civil. Saraiva, 2005.

10. A Emenda Constitucional nº 45 e o instituto da repercussão geral. In: Teresa Arruda Alvim Wambier (organizadora). Reforma do Judiciário – Primeiros Ensaios Críticos sobre a EC 45/2004. Revista dos Tribunais, 2005.

11. Sobre as multas instituídas nos artigos 14 e 18 do CPC. In: Flávio Luis Yarshell; Maurício Zanoide de Moraes (organizadores). Estudos em homenagem à professora Ada Pellegrini Grinover. DPJ, 2005.

12. Ação Civil Pública e controle de constitucionalidade. In: Rodrigo Mazzei; Rita Nolasco (organizadora). Processo Civil Coletivo. Quartier Latin, 2005.

13. O princípio da proporcionalidade nos quadros da dogmática contemporânea. Doutrina: Superior Tribunal de Justiça – Edição comemorativa de 15 anos. Brasília Jurídica, 2005, v. 1.

14. Ação Civil Pública: Sua Evolução Normativa significou crescimento em prol da proteção às situações coletivas. In: Édis Milaré (organizador) Ação Civil Pública Após 20 Anos: competir e desafios. Revista dos Tribunais, 2005.

15. Notas sobre algumas das verificadas com as Leis ns. 10.352 e 10.358, de dezembro de 2001. In: GOMES JUNIOR, Luiz Manoel (coordenadores). Temas controvertidos de direito processual civil: 30 anos do CPC. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

16. A posição dos sócios e associados em relação a ações movidas contra as sociedades e associações de que fazem parte. In: Achille Saletti (organizador). Homenagem ao Prof. Giuseppe Tarzia. Milão, 2004.

17. Notas sobre algumas das mutações verificadas com as Leis n.10.352 e 10.358, de dezembro de 2001. In: Eliana Calmon; Uadi Lammêgo Bulos (organizadores). Direito Processual- Inovações e Perspectivas: Estudos em homenagem ao Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira. Saraiva, 2003, v. 1.

18. Anotações sobre a posse e seu objeto material. In: x. (organizador). Estudos em Homenagem ao Acadêmico Ministro Moreira Alves. Fiúza Editores, 2003.

19. Algumas notas sobre a distinção entre posse e detenção. In: José Manoel de Arruda Alvim Netto (organizador). Aspectos controvertidos do Novo Código Civil: Escrito em Homenagem ao Ministro José Carlos Moreira Alves. Revista dos Tribunais, 2003.

20. Notas sobre algumas das verificações verificadas com as Leis 10.352 e 10.358, de dezembro de 2001, artigo escrito em homenagem ao Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira. In: José Manoel de Arruda Alvim Netto; Teresa Celina Diniz Arruda Alvim. (organizadores). Estudos e Pareceres – II. Revista dos Tribunais, 2002, v. 2.

21. Notas sobre algumas mutações verificadas com a Lei 10.352/2001. In: Nelson Nery Júnior; Teresa Arruda Alvim Wambier. (organizadores). Aspectos polêmicos e atuais dos recursos e de outros meios de impugnação às decisões judiciais. Revista dos Tribunais, 2002, v. 1.

22. Notas sobre a disciplina da antecipação da tutela na Lei 10.444, de maio de 2002, artigo escrito em homenagem a Cândido Rangel Dinamarco. In: José Manoel de Arruda Alvim Netto; Teresa Celina Diniz Arruda Alvim. (organizadores). Direito Processual Civil – Coleção Estudos e Pareceres – II. Revista dos Tribunais, 2002, v. 3.

23. Exegese dos arts. 6º e 7º da Lei n. 9.307, de 1996. In: Reflexões sobre arbitragem: In memoriam do Desembargador Cláudio Vianna de Lima. MARTINS, Pedro A Batista. GARCEZ, José Maria Rossani (organizadores). 1ª ed. São Paulo: LTr, 2002, vol.1, p. 169-187.

24. Limites ao Controle Judicial da Administração – A discricionariedade administrativa e o controle judicial. In: (Org.). Di-

reito Processual Público – A Fazenda Pública em Juízo. Editora Malheiros, 2000.

25. Alienação Fiduciária e Patrimônio de Afetação – Instrumentos jurídicos para assegurar a expansão do SFI. In: Manoel de Queiroz Pereira Calças. (Organizador). Alienação Fiduciária e o Direito do Consumidor. 2000, v. 1.

26. A declaração enfatizou a inconstitucionalidade pelo STF impondo limites à ação civil pública e ao Código de Proteção e Defesa do Consumidor. In: Édis Milaré. (Organizador). Ação Civil Pública – Lei 7347/85: Reminiscências e Reflexões Após Dez Anos de Aplicação. Revista dos Tribunais, 1995, v. 1.

27. Deveres das Partes e dos Procuradores no Direito Processual Civil Brasileiro (Lealdade no Processo). In: Elio Fazzalan (organizador). Scriti In Onore. Itália: Giuffrè, 1994, v. 2.

E) TRABALHOS COMPLETOS PUBLICADOS EM ANAIS DE CONGRESSO:

1. A função social dos contratos no novo Código Civil. In: Simpósio sobre o Novo Código Civil Brasileiro, 2003.

F) OUTRAS OBRAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. Alienação fiduciária e o direito do consumidor – Coletânea Alienação Fiduciária e Patrimônio de Afetação (Instrumentos Jurídicos para Assegurar a Expansão do SFI 2000).

G) LÍNGUAS

Espanhol, Alemão, Italiano, inglês e Francês.

SUMÁRIO

Prefácio

Eduardo Arruda Alvim, Teresa de Arruda Alvim e Thereza Diniz de Arruda Alvim . . 5

Apresentação da obra

Gilmar Mendes, Paulo Moura Ribeiro, Ingo Wolfgang Sarlet, Otavio Luiz Rodrigues Jr. 9

José Manoel de Arruda Alvim Netto

Currículo 11

PARTE I – ARRUDA ALVIM: DIÁLOGOS COM SUA BIOGRAFIA E SUA OBRA

1. À memória de Arruda Alvim que inspira

Luiz Edson Fachin 29

2. José Manoel de Arruda Alvim: aspectos de uma vida dedicada ao Direito

Marco Félix Jobim 32

3. Breves notas a respeito da teoria geral dos recursos: uma homenagem ao professor José Manoel de Arruda Alvim Netto

Fátima Nancy Andrighi e Rodrigo Gomes de Mendonça Pinheiro 38

4. Relevância da questão federal e a obra do Prof. Arruda Alvim

Cândido Rangel Dinamarco 46

5. O processo dos livros e o processo da realidade: uma homenagem a Arruda Alvim

Gustavo Osna 57

6. Arbitragem e a sua natureza jurisdicional: um diálogo com a obra do Professor Arruda Alvim

Leonardo de Faria Beraldo 65

PARTE II – DIREITO COMPARADO E DIREITO ESTRANGEIRO

7. Fair dealing and good faith in english contract law
Neil Andrews 77

8. The standardization of property rights
Christoph A. Kern 88

9. Ciudades invisibles: desafíos metodológicos de la comparación procesal
Eduardo Oteiza 94

10. Certezza del diritto e conflitto fra giudicati
Marco Gradi. 104

PARTE III – HISTÓRIA, EVOLUÇÃO, FUNDAMENTOS E TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

11. O processo civil brasileiro no século XXI
Humberto Theodoro Júnior 121

12. Para onde vai o processo civil brasileiro?
Sérgio Cruz Arenhart 134

13. Acesso à ordem jurídica justa – Sistema ampliado de justiça – Tratamento adequado dos conflitos
Kazuo Watanabe 144

14. Justiça multiportas como um *ever-expanding system*: um ensaio sobre a abertura como característica do sistema de justiça no Brasil
Fredie Didier Jr. e Leandro Fernandez. 149

15. Democracia *versus* livre convencimento
Lenio Luiz Streck 163

PARTE IV – DIREITO PRIVADO E PROCESSO

16. Da prescrição e seus elementos constitutivos
Carlos Alberto Dabus Maluf e Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus Maluf 173

17. Cooperação no direito civil e no direito processual civil
Rogério Donnini 187

18. Cláusula penal e cláusula de indenização
Gustavo Tepedino e Carlos Nelson Konder 198

19. Sub-rogação da seguradora em contrato em que há cláusula compromissória de arbitragem
Flávio Tartuce 204

20. Preço mínimo na arrematação global de bens pelo exequente
Alexandre Alves Lazzarini e Ana Paula Manente Cottet 214

21. Adjudicação compulsória extrajudicial: pressupostos, natureza e limites
Eduardo Talamini 223

22. A Lei nº 14.382/2022, o sistema eletrônico de registros públicos e os negócios imobiliários
Everaldo Augusto Cambler 239

23. O direito de propriedade e as restrições decorrentes da legítima
Mairan Gonçalves Maia Júnior 249

24. Tutela constitucional da posse e sua projeção material e processual
Fabio Caldas de Araújo 262

25. O pensamento político, o direito e a ideologia nas possessórias e petitórias coletivas de posse velha do art. 565 do CPC/2015
Jefferson Carús Guedes e Mauro Luciano Hauschild 272

26. Breves reflexões sobre a posse precária
Pablo Stolze Gagliano 285

27. Ações possessórias de força nova e força velha: pequenas notas
Rodrigo Mazzei 292

28. Pactos sucessórios
Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka 303

29. A natureza jurídica da inscrição do produtor rural na Junta Comercial e seus efeitos na recuperação judicial
Roberta Maria Rangel e Isabela Maria Pereira Lopes 312

30. Aspectos distintivos da ação revocatória e da desconsideração da personalidade jurídica no âmbito falimentar
Oreste Nestor de Souza Laspro e Milena Gomes Francisco Teixeira 327

PARTE V – DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSO

31. Direitos fundamentais, Constituição e processo civil no Brasil
Ingo Wolfgang Sarlet. 347

32. Processo e Constituição
Roberto Rosas. 366

33. O princípio da segurança jurídica como direito fundamental processual
Daniel Mitidiero 370

34. Limites e possibilidades da segurança jurídica, pela perspectiva da hermenêutica constitucional
Marcelo Bezerra Ribeiro 376

PARTE VI – CORTES CONSTITUCIONAIS E TRIBUNAIS SUPERIORES

35. As Cortes Superiores e uma nova função da jurisdição
Márcio Bellocchi e Teresa Arruda Alvim. 387

36. O Superior Tribunal de Justiça como "Supremo Tribunal da Jurisdição Ordinária"
Paulo Dias de Moura Ribeiro, Otavio Luiz Rodrigues Júnior e Rodrigo Xavier Leonardo. 401

37. O papel das Cortes Superiores e seus reflexos sobre o julgamento dos recursos excepcionais
Eduardo Arruda Alvim, Eduardo Aranha Ferreira e Rosane Pereira dos Santos . . 411

PARTE VII – RECURSOS CONSTITUCIONAIS, PRECEDENTES E RELEVÂNCIA

38. Relevância no recurso especial: primeiras impressões
Araken de Assis 425

39. A Emenda Constitucional nº 125/2022 e a "relevância" baseada no valor da causa: uma dúvida sincera e uma possível resposta
Carlos Roberto Barbosa Moreira 433

40. Reflexões sobre a relevância das questões de direito federal em recurso especial
Leonardo Carneiro da Cunha. 439

41. O direito fundamental ao acesso à justiça, a relevância da questão federal infraconstitucional objeto do recurso especial e os desafios dos tribunais locais
Luis Alberto Reichelt 450

42. Fundamentos do recurso extraordinário e delimitação da questão constitucional
Luiz Guilherme Marinoni 456

43. As duas fases da análise dos recursos excepcionais pelo presidente ou vice-presidente no tribunal local: juízo de seguimento e juízo de admissibilidade
Pedro Miranda de Oliveira e Luiza Silva Rodrigues. 473

44. O impacto da sistemática dos precedentes formados em recursos repetitivos nas execuções
Osmar Mendes Paixão Côrtes 488

45. Entre precedentes e provimentos judiciais vinculantes: homenagem ao Professor Arruda Alvim
Georges Abboud 498

46. A importância dos precedentes no atual cenário de litigiosidade no Brasil
Rodrigo Fux 506

PARTE VIII – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

47. Acordos processuais e processo coletivo
Hermes Zaneti Jr. 521

48. Tutela provisória e a declaração de inconstitucionalidade do art. 7º, § 2º, da Lei 12.016/2009 na ADI 4296: reflexões em homenagem ao Prof. Arruda Alvim
Cassio Scarpinella Bueno. 558

49. Divergência no juízo rescindente e a repercussão sobre a continuidade do julgamento no juízo rescisório
Flávio Luiz Yarshell e Rafael Stefanini Auilo 570

50. O recurso de embargos de divergência: finalidade, cabimento, procedimento e efeitos
Patricia Miranda Pizzol e Gilson Delgado Miranda. 580